

Terceiro setor, um ator social, e as possibilidades no campo da gerontologia social

Miguel Arantes Normanha Filho
miguel@morumbisul.com.br, Morumbi Sul, São Paulo – SP
[Brasil]

Este artigo busca ampliar o conhecimento sobre o terceiro setor, num mundo em constante mutação. Há, nessa análise, outro fator a ser considerado: o processo de envelhecimento em curso na sociedade que, em decorrência de fatores como melhoria de condições econômicas, aumento da eficácia de medicamentos, entre outros, resulta em crescimento da expectativa de vida. Diante disso, o terceiro setor pode desempenhar, nos próximos anos, papel estratégico na gestão de serviços para a população idosa. A relevância do artigo está ligada ao fenômeno do rápido envelhecimento populacional e à indisponibilidade de soluções adequadas para o atendimento das demandas e necessidades dos idosos – seja no âmbito do Estado, seja no da sociedade civil –, situação que permitirá ao terceiro setor dar sua parcela de contribuição e ajudar a promover a inclusão social dos idosos.

Palavras-chave: Gerontologia social.
Gestão de serviços. Terceiro setor.

1 Introdução

Uma situação que se manifesta hoje – e que se projeta em crescimento para o futuro – é a do progressivo envelhecimento percentual da população brasileira, fenômeno relacionado, entre outros fatores, à diminuição no número de nascimentos, por um lado, e ao aumento da expectativa de vida da população. O Brasil, em ritmo crescente, tem-se destacado pela longevidade de sua população, deixando de ser, gradativamente, um país de jovens. A exclusão do mercado dessa população ainda ativa constituirá um grave problema que pode atingir contornos incalculáveis. “O Brasil continuará galgando anos de vida de sua população, passando de 70,4 anos, em 2000, para 81,3 anos, em 2050 [...]” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004, p. 24). Temos, portanto, um país atualmente com predominância de jovens que caminha, a passos largos, para o envelhecimento.

Com o aumento da expectativa de vida, calcula-se, por exemplo, que um número expressivo de pessoas que nasceram nos 15 anos seguintes ao segundo pós-guerra atingirão, em 2025, a faixa etária entre 65 e 80 anos. Os números brasileiros sobre envelhecimento são alarmantes: segundo os dados do relatório *Síntese de indicadores sociais 2004* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005), em 25 anos a população brasileira de idosos poderá ser superior a 30 milhões de pessoas.

Impactos em ordem crescente são esperados nas áreas social, econômica, cultural, política e da saúde. Toda a sociedade, sem exceção, será afetada pelo envelhecimento populacional, fenômeno de caráter multidisciplinar que deverá ser analisado e estudado por diferentes áreas do conhecimento.

E qual a importância do terceiro setor em relação ao processo de envelhecimento da população? Para compreender a importância desse segmento nesse processo, estudos e pesquisas que tratam do tema, envolvendo a população brasileira, são essenciais para que se elaborem e planejem estratégias para a gestão de serviços com foco na gerontologia social.

A gerontologia dedica-se ao estudo dos processos de envelhecimento, com base nos conhecimentos oriundos das ciências biológicas, psicocomportamentais e sociais. No breve período da sua existência, dois ramos, igualmente importantes, relacionados a esse tema vêm se fortalecendo: a geriatria, que trata das doenças do envelhecimento; e a gerontologia social, voltada aos processos psicossociais, manifestos na velhice. (SALGADO, 1980, p. 23).

A ampliação da expectativa de vida da população brasileira tem feito surgir, nos últimos anos, uma série de serviços planejados e organizados para dar suporte às necessidades desse novo perfil populacional. Nesse aspecto, em relação ao mercado de trabalho, não basta preocupar-se apenas com a formação da criança e do adulto, mas também com o idoso.

O terceiro setor, que faz parte do denominado espaço público não estatal – englobando instituições com fins públicos, porém de caráter privado, que não se enquadram no primeiro setor (estado); que são regidas pelo direito privado, mas não possuem objetivos mercantis (fins lucrativos), não pertencendo, portanto, ao segundo setor (mercado) –, vê-se diante da necessidade de profissionalização de suas ações e de transparência e auto-sustentabilidade nos serviços que executam.

Pertencem ao terceiro setor as organizações não-governamentais (ONGs), associações, fundações, entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia, entre outras organizações da sociedade civil. O terceiro setor abrange ações públicas que saem do domínio estatal e passam a ser encampadas por organizações da sociedade civil. É o surgimento da iniciativa privada com fins públicos, com o objetivo de combater grandes problemas do mundo atual, tais como a pobreza, violência, poluição, analfabetismo, racismo e, relativamente ao nosso tema, a gestão de serviços voltada ao processo de envelhecimento populacional. São instituições com grande potencial de representatividade, podendo ser vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade

civil e que precisam de profissionais qualificados para a realização de suas atividades específicas, que atuem de maneira mais eficiente na gestão de serviços prestados.

2 Aprofundando a compreensão de terceiro setor

Drucker (2003) afirma que somente dois setores – o público e o privado – não são suficientes para desenvolver um trabalho de natureza social; são necessários três, aquele que não é nem governo nem empresa, é chamado terceiro setor, ou setor ligado à sociedade civil.

Há, entretanto, outras definições sobre o tema, entre as quais, uma que merece destaque: Fernandes afirma que o terceiro setor é um conceito, uma expressão de linguagem, entre outras. Existe, portanto, no âmbito do discurso e na medida em que as pessoas reconheçam o seu sentido num texto ou numa conversação. O autor contribui para clarificar o termo, quando expõe que, nos Estados Unidos,

[...] *third sector* também é usado [...] paralelamente a outras expressões [...] a primeira diz “organizações sem fins lucrativos” (*non profit organizations*), significando um tipo de instituição cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados; a segunda, “organizações voluntárias”, têm um sentido complementar ao da primeira. (FERNANDES, 2004, p. 25).

Para este artigo adotamos a conceituação de terceiro setor é aquele que reúne organizações constituídas, regulamentadas pela legislação vigente, estruturadas, geridas e mantidas pela iniciativa privada, mas de interesse público, notadamente de cunho social, suprindo, por meio de suas ações, a ausência ou a deficiência do Estado. Essas organizações não dependem necessariamente do Estado em termos de recursos, assim como não estão atreladas às políticas de governo. Pelo fato de não serem empresas mercantis, o

processo de troca da organização para a sociedade não visa ao lucro.

2.1 Sobre a estrutura orgânica e a gestão das organizações do terceiro setor

O projeto ou a idealização da estrutura orgânica de uma organização do terceiro setor – guardadas as devidas proporções no que se refere ao seu tamanho, número de componentes, espaço físico, recursos financeiros e tecnológicos e objetivos sociais – nos remete ao conhecimento da administração de empresas (organizações que visam ao lucro, integrantes do sistema capitalista); entretanto, como estrutura central, ante a idéia de “gestão social”, Salvatore (2004, p. 19) afirma:

Nessa perspectiva, vende-se a idéia, que é comprada pelas instituições sociais filantrópicas, de que elas terão, para sobreviver, que adotar os mesmos mecanismos e instrumentos de gestão das empresas privadas, incutindo nesses gestores o mito de que tudo que é empresarial é bom, ou o que é bom para a empresa privada é bom para as organizações do terceiro setor.

Hudson (2004, p. 16), em sua obra *Administrando organizações do terceiro setor*, nos ensina que:

Existem muitas semelhanças na administração de organizações em todos os setores da economia. Todas dependem de administradores competentes que precisam ter objetivos, controlarem os recursos, trabalhar em equipe, ter desenvolvimento profissional e que estejam abertos a críticas e elogios. O terceiro setor tem algumas semelhanças com o setor privado porque as organizações que vendem serviços, às vezes a preços subsidiados, precisam valer-se de algumas teorias do mercado.

A questão observada por Hudson é importante, pois enfatiza que, independentemente do

setor – privado, público ou “terceiro” –, é necessário que se tenham gestores competentes (que ele denomina “administradores competentes”). Portanto, as teorias das ciências administrativas, mesmo com adaptações pertinentes a contextos diversos, aplicam-se aos diferentes setores da economia, o que é muito freqüente nos processos de troca das organizações com seus públicos-alvo.

2.2 Terceiro setor no Brasil

A definição de qual seria o objetivo das organizações brasileiras do terceiro setor – focar no atendimento social em detrimento da geração de lucro – teve sua inspiração ligada ao trabalho assistencialista desenvolvido pela Igreja Católica.

[...] permeadas, portanto, pelos valores da caridade cristã, a partir das características do catolicismo que se implantou no país, e de suas relações com o Estado [...] a tradição de generosidade ou de solidariedade fortemente baseada em valores assistencialistas ou paternalistas existentes na sociedade brasileira. Neste contexto, misturam-se o público e o privado, o confessional e o civil [...] (SALVATORE, 2004, p. 17).

No Brasil, a acentuada desigualdade social somente reforça a necessidade de um novo ator em tal contexto: o terceiro setor, que não substitui o Estado nem a responsabilidade social das empresas, mas que vai contribuir para a diminuição das carências na área social. Uma constatação preocupante, como contrapartida de seus benefícios possíveis, é que

[...] o problema no Brasil não é a existência de um Estado Social, “protetionista”, mas sua inexistência, ou, pelo menos, seu precário desenvolvimento; não é a forte presença do Estado, mas sua privatização interna o que constitui o problema central. Não casual, porém de forma paradoxal, justamente no momento em que se tece, a partir da Constituição de 1988, um projeto que esboça certo Estado Previdência, de

bem-estar social, os setores ligados ao grande capital, orientados pelo Consenso de Washington e apoiados pela “esquerda cooptada”, tentam liquidá-lo, mediante uma “reforma gerencial” – uma contra-reforma. (MONTAÑO, 2003, p. 41-42).

No trabalho de Oliveira (2004) *ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil*, consta a afirmação de que as ONGs não só existem como um perfil institucional específico, mas também vieram para ficar, com espaço e personalidade próprios, para agir autonomamente na esfera pública, enfim, com identidade própria. A sigla ONG começa a ser utilizada como nomenclatura definidora de um conjunto estruturado e específico de organizações com características próprias e comuns. O primeiro documento de trabalho em que essa nomenclatura aparece circulou entre ONGs, em um seminário latino-americano promovido pela Organização das Nações Unidas, por meio da sua divisão que trata de agricultura e a alimentação (em inglês Food and Agriculture Organization [FAO]), na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 1988. Como introdução ao primeiro catálogo de ONGs brasileiras, publicou-se o seguinte texto:

Trata-se de microorganizações não-governamentais, sem fins lucrativos, que canalizam uma parcela da “ajuda internacional” para um sem-número de projetos. Esta “ajuda” é pensada como um instrumento de “promoção social” dos povos do terceiro mundo [...] Manipulam somas vultosas, mas não visam ao lucro. Mobilizam a dedicação voluntária, mas não são igrejas. Insistem na gratuidade do serviço, mas não são centros de filantropia. Mexem muito com a política, mas não são partidárias e, via de regra, querem ser distantes do Estado. Promovem o desenvolvimento, mas não são “especialistas em produtividade”. Fazem pesquisa, mas não são “acadêmicas”. (OLIVEIRA, 2004, p. 2-3).

3 Gerontologia

A apresentação desse ramo científico relativamente recente inicia com uma constatação paradoxal, que ainda não está suficientemente compreendida pela sociedade: no Brasil de hoje, dedica-se grande atenção à infância e à juventude, com destaque para o aspecto produtivo da pessoa, desde o início e mesmo na consolidação da maturidade; pode-se observar o desenvolvimento de vários estudos científicos, cujo objetivo é entender e proporcionar soluções para as novas necessidades dessas faixas etárias. Em outro extremo, verificamos que é reduzida a quantidade e intensidade dos estudos científicos sobre o processo de envelhecimento – reunidos na gerontologia –, embora o fenômeno de envelhecimento social, determinado por vários fatores, seja um processo em marcha. Apesar da urgência de estudar, analisar e elaborar políticas e ações para a nossa sociedade, é ainda incipiente a preocupação com o fenômeno da longevidade, se comparada com a concentração de estudos, ações e serviços dedicados a outras faixas etárias.

No *Tratado de geriatria e gerontologia* (PAPALÉO NETTO, 2002), podemos verificar, no capítulo intitulado “O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos”, que, a despeito de o envelhecimento ser uma preocupação da humanidade desde o início da civilização, foi apenas no século XX que o seu estudo mais aprofundado ganhou importância. O autor afirma que a ciência do envelhecimento deve ter a responsabilidade de ser o centro do qual advêm as seguintes ramificações: gerontologia social, gerontologia biomédica e geriatria,

[...] que, em conjunto, atuam sobre os múltiplos aspectos do fenômeno do envelhecimento e suas conseqüências.

A gerontologia social, que aborda aspectos não orgânicos, e a geriatria e a gerontologia biomédica, que se atêm aos aspectos orgânicos, são subdivididas de acordo com as especialidades que as compõem. Assim, a primeira compreende os aspectos antropológicos, psicológi-

cos, legais, sociais, ambientais, econômicos, éticos e políticos de saúde.

A geriatria tem sob seus domínios os aspectos curativos e preventivos da atenção à saúde e, para realizar este mister, tem uma relação estreita com disciplinas da área médica [...] (PAPALÉO NETTO, 2002, p. 2-7).

Devemos considerar que, ao longo da história, em diferentes culturas, os grupos sociais vêm adotando posturas diferenciadas em relação ao envelhecimento social, havendo os que concedem um tratamento altamente respeitoso e dignificante ao idoso e aqueles para quem as pessoas em tal estágio deveriam desaparecer. Não obstante, é preciso levar em conta que, além das transformações psicológicas pelas quais cada pessoa passa, no processo de envelhecimento altera-se também, e de maneira significativa, a relação do indivíduo com o meio social, no momento que o meio deveria proporcionar-lhe a sobrevivência e a qualidade de vida com dignidade, respeitando a contribuição dada à sociedade, ao longo da vida. Salgado observa que,

A inadaptação do idoso reflete uma inadequação aos padrões sociais ideais estabelecidos pela sociedade e exigidos pelos grupos sociais e pelos indivíduos como condições capazes de conferir, a cada um, a personalidade social, isto é, a posição de cidadão e o respeito [...] A inadaptação mais evidente, sobretudo nos centros industriais urbanos, é, sem dúvida alguma, a provocada pela perda do papel profissional [...] (SALGADO, 1980, p. 47).

Um grupo de profissionais, com inserção nas instituições de ensino brasileiras, auxiliados por técnicos do Ministério da Saúde, recebeu a incumbência da Secretaria de Políticas de Saúde desse ministério de elaborar a Política Nacional de Saúde do Idoso. Eles foram signatários do trabalho *Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor de saúde na atenção integral do idoso*, publicado pela Universidade Aberta da Terceira

Idade [Unati] (2000), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em que constam pontos esclarecedores:

O processo de transição demográfica no Brasil caracteriza-se pela rapidez com que os aumentos absoluto e relativo das populações adulta e idosa vêm alterando a pirâmide populacional. Até os anos [19]60, todos os grupos etários registravam um crescimento praticamente idêntico; a partir daí, o grupo de idosos passou a liderar esse crescimento. (p. 11) [...]

O apoio aos idosos praticado no Brasil ainda é bastante precário. Por se tratar de uma atividade predominantemente restrita ao âmbito familiar, o cuidado ao idoso tem sido ocultado de opinião pública, carecendo de maior visibilidade. (p. 15)

[...]

O crescimento demográfico brasileiro apresenta características particulares, que precisam ser apreendidas mediante estudos e desenhos de investigação que dêem conta desta especificidade. O cuidado de saúde destinado ao idoso é bastante caro, e a pesquisa corretamente orientada pode propiciar os instrumentos adequados para uma maior eficiência na adoção de prioridades e na alocação ótima de recursos, além de subsidiar a implantação de medidas apropriadas à realidade brasileira. (p. 19)

[...]

Os custos gerados por essa dependência são tão grandes quanto investimento de dedicar um membro da família ou um “cuidador” para ajudar continuamente a pessoa que, muitas vezes, irá viver mais 10 ou 20 anos, requerendo atenção que, não raro, envolve leitos hospitalares e institucionais, procedimentos e diagnósticos caros e sofisticados, bem como o consenso freqüente de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar capaz de fazer frente à problemática multi-

facetada do idoso. (UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE, 2000, p. 22-23).

Ainda com relação à população idosa, encontramos no estudo *Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*, de Beltrão, Camarano e Kanso (2004, p. 43):

Entre os grandes grupos etários estudados o único que deverá apresentar taxas de crescimento crescentes em todo o período da projeção é o de 60 anos e mais [...] Espera-se que em 2020, aproximadamente 30,9 milhões de pessoas constituirão esse grupo etário, ou seja, que esse contingente apresente um incremento de 16,3 milhões entre 2000 e 2020 [...] As demandas por benefícios previdenciários e assistenciais deverão sofrer um crescimento, já que é esse grupo o principal usuário dessas políticas.

Os serviços de saúde deverão também sofrer maior pressão [...] com o aumento da sobrevivência e a queda da fecundidade, o perfil epidemiológico também se alterará.

4 Terceiro setor e envelhecimento social

Conquanto o terceiro setor não substitua o Estado nem a responsabilidade social das empresas que visam ao lucro e deva ter objetivos próprios, nada impede que se possa estabelecer parcerias e redes de articulação com o primeiro e o segundo setores, no que se refere às questões dedicadas aos serviços prestados à população de idosos. No que concerne ao processo de envelhecimento, é preciso que as organizações do terceiro setor sejam bem administradas e que tenham espírito empreendedor social. Segundo Drucker (2003, p. 84), “[...] pode ser que o espírito empreendedor social seja aquilo de que mais necessitamos – em serviços de saúde, educação, nos governos municipais [...]”.

Ao propormos a justaposição entre terceiro setor e gerontologia social, não podemos deixar de considerar o contexto da economia em escala global, caracterizado pelas transformações das últimas décadas do século XX, a que Castells (2002) denomina “informacional, global e em rede”. Diante dessa realidade, para haver uma participação eficaz do terceiro setor com foco na gerontologia social, não basta somente operação ou ação local. A troca de experiências entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento deve ser considerada e compartilhada por se referir a um novo paradigma na sociedade, necessariamente assimétrico, cuja marca principal é da pluralidade, pois incorpora as características informacionais, globais e em rede.

Para começar, é importante analisar a pessoa e a sua relação com a sociedade: não se pode mais viver em uma sociedade totalmente desestruturada para a maturidade. Zimerman (2000, p. 28) afirma que:

Vivemos em uma sociedade em que a expectativa é ser adulto. Quando uma criança ou um adolescente projeta o futuro, sempre se vê como um adulto jovem, formado, com alguma profissão, trabalhando e ganhando dinheiro [...] Para muitas pessoas, quando se fala em velho, a imagem que vem à mente é a de um sapato gasto, furado e que, portanto, já não serve mais para nada.

Esse novo contexto abrirá um moderno campo na gestão de serviços, no que se refere tanto à pesquisa e ao ensino quanto às enormes oportunidades em trabalho que podem surgir no terceiro setor, uma vez que se decida dirigir ações para o processo de envelhecimento da população.

5 Etapas do estudo de campo

Este artigo foi elaborado com base nos resultados de análises, estudos e pesquisas realizados para integrar dissertação de mestrado (NORMANHA FILHO, 2005), apresentada na

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sobre o terceiro setor e a gestão de serviços para o processo de envelhecimento social em curso – centrado no campo de conhecimento da gerontologia social –, cuja abrangência se circunscreve à área geográfica da cidade de São Paulo (SP). A pesquisa se iniciou no primeiro semestre de 2003 e foi concluída no segundo semestre de 2004.

Na parte inicial da investigação, optou-se por uma pesquisa exploratória, dividida em pesquisa quantitativa para identificação de organizações do terceiro setor dedicadas exclusivamente ao idoso e pesquisa na mídia para levantamento do noticiário relativo ao terceiro setor e ao processo de envelhecimento populacional.

Os dados da pesquisa quantitativa foram obtidos por meio da Rede de Informação para o Terceiro Setor (Rits), em setembro de 2004, e revelaram apenas 35 instituições do terceiro setor e apenas uma organização com a terceira idade como público-alvo, na região delimitada pela cidade de São Paulo (SP). A partir de tais números, pouco se pôde concluir acerca da dimensão efetiva das organizações do terceiro setor, em especial as ligadas à terceira idade. Ressalte-se que tais organizações emergiram no Brasil em passado recente e atuam com conceitos muito diversos, por vezes conflitantes, em áreas tradicionalmente atendidas por organizações cujo objetivo social é a caridade e a filantropia.

Paralelamente, foi realizada pesquisa na mídia impressa compreendendo 50 publicações, entre jornais e revistas, das quais 15 foram selecionadas para uma pesquisa mais profunda. A busca por notícias relativas ao terceiro setor e ao processo de envelhecimento revelou os seguintes resultados: 1) não foi localizada nenhuma matéria que relacionasse diretamente terceiro setor e terceira idade, ou a gestão de serviços demandados pelo processo de envelhecimento social; 2) no que concerne a serviços a serem prestados, a única abordagem restringiu-se ao âmbito da saúde; 3) não foi encontrada nenhuma matéria que focalizasse, de forma abrangente, o processo de envelhecimento, mas apenas matérias fragmentadas, o que não contribui para o conhecimento e a percepção do problema do envelhecimento por parte dos lei-

tores, objetivando que se tenha uma sociedade crítica e atuante para resolver problemas oriundos do processo de envelhecimento.

Em complemento, foi realizado um levantamento bibliográfico na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-Unicamp), para verificar a existência de dissertações e teses sobre o processo de envelhecimento social, a partir do compêndio elaborado pela professora Goldenstein (1999), que classifica, em ordem cronológica, 214 dissertações ou teses apresentadas entre 1975 e 1999. Não foi encontrado registro algum de trabalhos com tema ligado ao terceiro setor, à terceira idade ou à gestão de serviços.

Além de pesquisa descritiva, cuja amostra foi determinada, levando-se em conta os dados obtidos na pesquisa quantitativa – uma única organização tinha a terceira-idade como público-alvo –, foi escolhida para análise uma outra organização, por sua estrutura e presença internacional, com atuação mista que incluía, de forma incipiente, o atendimento ao idoso.

Na primeira das entidades (aquela que se declarava focada em terceira-idade), o objetivo era identificar a relação atual entre o terceiro setor e processo de envelhecimento com foco na gerontologia social (considerando suas características múltiplas: econômicas, demográficas, socioculturais e relações familiares), no que se refere à gestão de serviços. Foi utilizado o procedimento de entrevista pessoal com a coordenadora de Programas Sociais da entidade. Concluiu-se que, numa metrópole como São Paulo, a existência de uma única organização cujo público-alvo é a terceira idade e a precariedade estrutural dessa organização pesquisada são um reflexo do ambiente que predomina nas relações sociais – a ênfase nas questões ligadas à infância e juventude –, somado à pouca importância que a própria sociedade dispensa às questões relativas ao envelhecimento populacional e à atenção às necessidades do idoso. Assim, constatou-se, na referida empresa, a existência de escassos recursos físicos e financeiros, além de recursos humanos limitados aos sócios da organização (pessoa física), que não podem dedicar-se exclusivamente ao trabalho ali desenvolvido. A sede

da empresa é um cômodo da residência de um deles, denotando claramente que o idealismo se sobrepõe à efetiva capacitação em gestão para a ação.

A outra entrevista foi realizada com o presidente de uma organização com experiência internacional, fundada na Inglaterra, em 1865, e presente em mais de cem países, com público-alvo “misto”, cujo país de origem enfrenta problemas profundos na gestão de serviços para a terceira idade. No Brasil, entretanto, sua ação em tal segmento (público-alvo) é bastante tímida, incipiente, não obstante sua estrutura consolidada e os recursos existentes, uma vez que tais ações estão em sintonia com as demandas locais, identificadas por definições do Estado e da sociedade em geral, que estão focadas na infância e na juventude.

Finalizando, foi feito levantamento bibliográfico. Constatou-se que aquilo que prevalece atualmente no terceiro setor, relativamente à questão do idoso, são serviços não planejados de forma estruturada, e que não levam em consideração as pesquisas, os estudos e as teorias existentes, o que dificulta o balizamento de ações eficazes, a compreensão mais profunda da questão do idoso, de sua complexidade e da aplicabilidade de ações e serviços. Ante esse quadro pouco animador, reforça-se a necessidade apontada no início de preparar profissionais especializados em gestão voltada para as peculiaridades do trabalho com idosos, com habilidades e competências para voluntariado, captação de diferentes recursos, elaboração de projetos, responsabilidade social, desenvolvimento local integrado e sustentado, além de conceitos e técnicas de administração de serviços, planejamento e administração estratégica com foco social.

6 Considerações finais

Este artigo não teve a pretensão de chegar a uma conclusão sobre o chamado terceiro setor – mesmo porque ficou comprovada a necessidade de que sejam realizadas novas e amplas pesquisas e feitas análises de outros fatores. Levou-se também em consideração as

eventuais questões ideológicas, as intencionalidades e as práticas presentes nas organizações do terceiro setor, assim como os efeitos perversos do capitalismo, que têm significativo impacto nas questões ligadas ao social e ao trabalho e, por conseguinte, à esfera econômico-produtiva. Considera-se importante que se caminhe para o estabelecimento de um novo paradigma, não-assistencialista, mas concreto e viável, no que se refere ao uso das organizações do terceiro setor, como forma complementar ao Estado, particularmente na gestão de serviços para os complexos problemas do processo de envelhecimento, de modo consistente, para uma sociedade que tende a ser composta por um percentual progressivamente maior de idosos.

Durante o período da pesquisa, alguns pontos sobre o terceiro setor ficaram fortemente evidenciados, necessitando-se de futuras investigações, pois foram constatadas diversas contradições nas práticas adotadas e que ainda permeiam o tema, como, por exemplo, a complexidade das organizações do terceiro setor, a existência de organizações de vários tipos atuando sob a denominação terceiro setor (ONGs, fundações, associações, entidades de assistência social e filantrópicas, preservadores e defensores etc.), com objetivos eminentemente sociais em comum, mas que apresentam estruturas organizacionais e públicos-alvo totalmente distintos, e que operam, em circunstâncias diferentes, nas comunidades, em suporte ou diante da ausência do Estado. Esses elementos dificultam seu entendimento, enquanto organização, e a operacionalização de suas ações e de suas complexidades, uma vez que não se encaixam numa única definição tanto para estudo quanto para a criação de modelos de gestão.

Isso é particularmente sentido quando se tenta relacionar as organizações do terceiro setor com a necessidade cada vez mais presente de atendimento das necessidades dos idosos – em que pesem as demandas decorrentes do processo de envelhecimento populacional em curso ainda não serem vistas como prioridade social –, estreitando os laços com a área de conhecimento representada pela gerontologia social.

Third sector as a social actor: a possibility on social gerontology field

This article searches to enlarge the knowledge about the third sector, in a constantly changing world. In this analysis there is another factor to be considered: the aging process in a society that, resulting from factors as the better economic conditions, the increase of the medicaments efficiency, among others, result in an increase of the life expectation. Within this perspective, the third sector may perform in the next years a strategic role in services management for the aged population. The relevance of this article is linked to the phenomenon of the quick populational aging process and to the unavailability of adequate solutions for attending the demands and necessities of aged people – both at the State context and at the Civil Society – a situation that will permit to the third sector offer its portion of contribution and help to promote the social inclusion of the aged people.

Key words: Service management. Social gerontology. Third sector.

Referências

- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. *Texto para discussão n. 1034. Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DRUCKER, P. *A administração na próxima sociedade*. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2003.
- FERNANDES, K. R. Constituição de redes organizacionais como uma nova forma de gestão das organizações do terceiro setor. *Integração*, São Paulo, ano 7, n. 39, jun. 2004. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano7/06/administrando.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2006.
- GOLDENSTEIN, L. L. *Teses e dissertações em gerontologia*. Campinas: Unicamp, 1999. Disponível em: <<http://www.bibli.fae.unicamp.br/GERON/teses.htm>>. Acesso 1 set. 2004.
- HUDSON, M. *Administrando organizações do terceiro setor*. 1. ed. São Paulo: Makron, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2004/indic_sociais2004.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2006. n. 15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tendências demográficas. Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/tendencias.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2006. n. 13.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NORMANHA FILHO, M. A. *Gestão de serviços no processo de envelhecimento, por organizações do terceiro setor: possibilidade atual ou futura?* 2005. Dissertação (mestrado em Gerontologia)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, M. D. de. *ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil*. São Paulo: Idac-Rits, 2004. Disponível em: <http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/ongs/idac_ongs_2.html>. Acesso em: 10 abr. 2004.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição de campo e termos básicos. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 2-12.

REDE DE INFORMAÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR (Rits). *Empresas cadastradas na Rits*. <<http://www.rits.org.br>> Acesso em 04 set. 2004.

SALGADO, M. A. *Velhice, uma nova questão social*. 1. ed. São Paulo: Sesc, 1980.

SALVATORE, V. A racionalidade do terceiro setor. In: VOTOLINI, R. (Org.). *Terceiro setor: planejamento e gestão*. 1. ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 17-34.

UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE. *Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor de saúde na atenção integral ao idoso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Unati-Uerj, 2000. Disponível em: <<http://www.unati.uerj.br/crde/textos/unatil.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

ZIMERMANN, G. L. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Recebido em: 10 mar. 2006 / aprovado em: 20 jun. 2006

Para referenciar este texto

NORMANHA FILHO, M. A. Terceiro setor, um ator social, e as possibilidades no campo da gerontologia social. *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 127-136, jan./jun. 2006.